

estabelecer. Paralelos muito específicos, como os suscitados, por exemplo, pelos debates ocorridos no Portugal da segunda metade do século XIX a respeito das missões ultramarinas. Mas também paralelos em redor de problemas mais amplos. De facto, muito do que Hall analisa relaciona-se com a questão das expectativas e do seu não preenchimento: expectativas a respeito do negro; expectativas a respeito da produtividade do trabalho livre nos trópicos; expectativas a respeito da vontade dos indígenas em adoptarem o modo de vida dos brancos. Por outras palavras, *Civilising Subjects* lida com sonhos e frustrações e com a absoluta necessidade de conhecer ambos para compreender o modo como os europeus se relacionaram com África.

JOÃO PEDRO MARQUES

Jane Caplan, John Torpey (eds.), **Documenting Individual Identity: the Development of State Practices in the Modern World**, Princeton, Princeton University Press, 2001.

Who are you?
I really want to know...
(The Who)

Num qualquer episódio que vejamos da série policial CSI — (Crime Scene Investigation) a trama obedece

sempre aos mesmos ditames: ocorre um crime, a equipa de investigação policial e forense chega ao local e, em seguida, todo um complexo dispositivo é posto em marcha com o objectivo de encontrar pistas que permitam descobrir o(s) assassino(s). Recorrem, para tal, às mais variadas tecnologias de identificação: recolha de impressões digitais, ADN dos suspeitos, câmaras de vigilância, cruzamento de informação disponível em base de dados que mais facilmente permita detectar e identificar quem praticou o crime.

A música do genérico da série televisiva acima mencionada faz a pergunta-chave sobre a qual iremos centrar-nos aqui, «Who are you?», e ilustra de forma categórica o modo como nas mais variadas situações do quotidiano esta é uma das solicitações a que permanentemente temos de atender quando interagimos com os outros.

Apresentar-se-á neste ensaio uma análise global dos textos apresentados no livro *Documenting Individual Identity*, editado por Jane Caplan e John Torpey (2001), usado como referência para tentarmos compreender o modo como os processos de identificação têm vindo a modernizar-se numa sociedade em crescente complexificação. Por ser uma colectânea de artigos que abrange as mais variadas culturas e sociedades desde a Idade Média até à actualidade, os elementos em destaque serão as questões que consideramos mais pertinentes para a análise das transformações dos processos de identificação.

Os organizadores definem os seus objectivos: «Our purpose is to discuss

in detail the practices through which individual identity has been inscribed, codified, verified, and documented by official institutions in the modern world, specially the state» (2001, p. 3), reconhecendo que, se os conceitos de identidade e de identificação estão permanentemente interligados, são, com efeito, independentes um do outro. Muito tem vindo a escrever-se sobre *identidade*¹ nas ciências sociais, mas pouco se tem reflectido sobre *identificação* ou o papel da identificação na forma como o indivíduo se define a si próprio; daí este livro ser um valioso contributo para o estudo desta questão.

Ainda que pensemos que os variados mecanismos de identificação são externos ao indivíduo — no sentido em que, sob este ponto de vista, não é o sujeito que se nos apresenta a si próprio, mas sim uma série de mecanismos que tornam possível o nosso conhecimento sobre ele —, reconhecemos, no entanto, que toda a parafernália de documentação e de signos possíveis de identificar o nosso corpo pouco diz de quem somos nós enquanto sujeitos com uma história pessoal e vivencial. São, isso sim, uma parte fundamental da forma como nos movimentamos e relacionamos no nosso quotidiano, da nossa indumentária, dos objectos que

trazemos connosco no dia a dia, indispensáveis nas relações que temos com os outros. Mark Poster refere: «Social security cards, drivers' licenses, credit cards, library cards and the like — the individual must apply for them, have them ready at all times, use them continuously» (1990, p. 93).

Num dos romances da escritora Agatha Christie, a dado momento, uma das personagens reflecte sobre o facto de naquele tempo (anos 50) ser cada vez mais difícil fazer um reconhecimento prévio da pessoa apenas porque a conhecemos desde sempre ou porque se nos apresenta através de uma carta de recomendação ou de apresentação de alguém nosso conhecido. «Se uma pessoa nova ia morar para lá, [para a aldeia] trazia cartas de apresentação, ou tinha estado no mesmo regimento ou servido no mesmo navio com alguém que já vivia ali [...] Mas agora já não é assim. Todas as aldeias e pequenas localidades rurais estão cheias de pessoas que se limitaram a chegar e a instalar-se ali sem terem sido levadas por quaisquer laços [...] as pessoas limitam-se a chegar... e só sabemos delas aquilo que elas próprias contam» (2002, p. 105). Aqui a personagem/escritora equaciona não só a diferença dos modos como o indivíduo diz quem é, mesmo que tal não corresponda à realidade, mas também a possibilidade da falsa identidade, a diferença entre o campo e a cidade — e mesmo o campo já não sendo «o que era» —, a livre circulação de pessoas e o surgimento do estranho/estrangeiro entre «nós», tal como nos fala Simmel (2004).

¹ V. Giddens (1991), Stuart Hall (1996) e Herzfeld (1997). Pina Cabral (2003) discute neste texto a questão da identidade e identificação de uma perspectiva diferente da que apresentamos aqui, considerando o conceito de identificação numa perspectiva relacional e constituente de laços sociais entre os indivíduos.

Seguimos o nosso livro. A primeira parte, intitulada «Creating apparatuses of identification», refere-se justamente à evolução do modo como os indivíduos eram identificados, reconhecidos e/ou se davam a conhecer. Assim, se na Idade Média o reconhecimento do outro era feito sobretudo através de símbolos, insígnias ou vestimentas, por exemplo, dos viajantes (v. capítulo 1), a partir de meados do século XVIII começou a haver a preocupação de se criarem registos em que houvesse informação sobre os indivíduos a um nível geral, através do nome, estado civil, local de nascimento ou de residência. A introdução destas medidas só é possível de se concretizar realmente se tivermos em conta as vicissitudes de tal mecanismo: apenas uma parte da população era letrada, o que em nada facilitava a obtenção de registos escritos. Para além de que havia toda uma série de incumprimentos que derivava de má compreensão dos decretos ou em que os próprios funcionários não estavam aptos para a poderem pôr em prática de uma maneira satisfatória e igual para todos (capítulo 2).

Presenciamos o nascimento da burocracia e do Estado burocrático em pleno. A partir do momento em que a preocupação com a identificação dos indivíduos começa a interligar-se com a manutenção de documentos, em que são necessárias pessoas específicas e/ou especializadas para o fazerem, que não atendam a casos e motivações pessoais, mas que façam a lei cumprir-se independentemente da pessoa que o faz e da

pessoa que sobre ela é visada. Estamos perante o elemento fundamental da definição de burocracia tal como é entendida em sentido lato. Seguimos o pensamento de Max Weber: «A complexidade e especialização crescentes da cultura moderna exigem para o seu aparelho exterior um funcionário pessoalmente desinteressado e rigorosamente objecto, que substitua o senhor, próprio das estruturas sociais antigas, movido pela simpatia, pelo favor, pela graça e pela gratidão pessoal» (1976, p. 48). Vale a pena ver ainda o que nos diz Alain Touraine: «[...] burocracia designa [...] realidades diferentes: [...] um tipo de organização definido como um sistema preciso e hierarquizado de funções, e não de indivíduos, cujos direitos e deveres são fixados de uma maneira impessoal, oficial e, em princípio, racional [...]» (1976, p. 75)².

Quase todos os autores desta colectânea referem esta dicotomia tão importante na implementação, concretização e efectividade dos sistemas de identificação nas sociedades: por um lado, o aumento da população nas cidades, a crescente mobilização e anonimato que daí derivam, e, por outro, a necessidade de um aparelho burocrático que considere os sujeitos de uma forma igualitária, sem distinções de qualquer tipo e que possibilite a manutenção de arquivos com a informação relativa a cada indivíduo. Jane Caplan, co-

² Ainda sobre burocracia, vigilância e modernidade, v. Dandeker (1990), Herzfeld (1992) e Poster (1995 e 1990).

-editora deste livro, diz-nos: «This [...] is the function of the identity document: it is the portable token of an originary act of bureaucratic recognition of the ‘authentic object’ — an ‘accurate description’ of the bearer recognized and signed by an accredited official, and available for repeated acts of probative identification» (2001, p. 51).

Os modos de identificar a pessoa evoluem de variadas formas à medida que vamos avançando no tempo e considerando contextos diferenciados cultural e historicamente. No século XIX dá-se a implementação do uso de passaportes (internos e externos) que de algum modo possibilitassem um controlo da movimentação dos cidadãos aquém e além-fronteiras dos seus países de origem — estas preocupações até determinada altura foram consideradas tendo em conta sobretudo questões de soberania dos Estados. A este propósito, v. terceira parte deste livro, «Identification and control of movement», onde encontramos ensaios que discutem a fundo várias questões que a este documento se referem: desde a sua introdução nas sociedades a partir do século XIX; a sua crescente complexificação no que concerne ao modo como são dotados de técnicas que impeçam a sua falsificação e possibilitem um reconhecimento da sua autenticidade por parte das autoridades; a relação deste documento com a primeira guerra mundial e as políticas de emigração de alguns dos países envolvidos, aqui considerados os Estados Unidos da América, a

Alemanha, a França, a Inglaterra e a Itália³.

Outras são as técnicas que ao longo do tempo têm vindo a ser desenvolvidas: recolha de impressões digitais, medições antropométricas, tentativa de estabelecer padrões físicos — que de algum modo permitissem «prever» traços desviantes ou de reincidência criminal nos indivíduos —, até às mais recentes tecnologias postas ao dispor da ciência: a descoberta da estrutura do ADN humano; a vigilância efectuada através de câmaras de circuito fechado de televisão; o uso do corpo como elemento passível de identificação visual através da sua decifração e dos elementos que o tornam distinto de qualquer outro (segunda e quarta partes, respectivamente «Identification practices and policing» e «Contemporary issues in identification»).

Importa referir que esta é uma obra cujos autores são sobretudo historiadores, sociólogos e cientistas políticos com interesses comuns nas áreas da política governamental, económica e matérias referentes à cidadania, transformações sociais e tecnológicas. Interessante ainda de notar que a maior parte dos ensaios aqui apresentados — exceptuando a quarta e última parte deste livro, que se refere sobretudo às formas de identificação contemporâneas — são reflexões feitas com base na análise da história europeia, contexto em que

³ Para uma mais completa análise da história do passaporte e sua relação com questões de soberania, vigilância e cidadania, v. a obra do co-editor deste livro (Torpey, 2000).

estas questões ganham diferentes contornos (quando comparadas com a cultura norte-americana), uma vez que se remetem a uma temporalidade com vários séculos de história.

Traçado que está, *grosso modo*, o caminho percorrido das mais elementares às mais complexas formas de identificação ao longo dos tempos, e tendo em conta a sua crescente modernização, parece-nos importante salientar agora algumas ideias que merecem ser analisadas num contexto mais vasto, uma vez que possibilitam extrair considerações úteis como instrumentos de análise nas ciências sociais em geral. O surgimento/desenvolvimento das técnicas de identificação permite-nos pensar em questões que transcendem a função para as quais foram inicialmente pensadas. Assim, se se apresentaram como uma forma primeira de identificar criminosos e de tentar perceber se existiam padrões genéticos que conduzissem a comportamentos de desvio, rapidamente começaram a ser utilizadas como meios ao dispor de entidades oficiais na generalidade, independentemente dos seus fins. Algumas das objecções que este uso levantou prendem-se sobretudo com o facto de esta recolha ter começado a difundir-se indiscriminadamente. Isto é, se num primeiro momento a recolha de impressões digitais, por exemplo, era feita apenas a quem havia cometido crimes ou que pudesse estar envolvido em alguma situação deste género, e, no caso das amostras de ADN, a sua função primária estava relacionada com propósitos médicos, em ambos os casos, uma vez observada

a sua utilidade como modo de identificar e diferenciar toda e qualquer pessoa, estas foram práticas que rapidamente se implementaram e que hoje assumimos como parte integrante da nossa rotina burocrática (v. capítulo 15, pp. 278 e segs.).

O que nos parece pertinente de salientar considerando este exemplo é a «adaptação» das técnicas e tecnologias de identificação dos indivíduos para outros fins para além daqueles para os quais foram criadas⁴. Isto é tanto mais notório quanto pensarmos nos motivos que fazem com que tal suceda: prevenção do crime, controlo dos indivíduos com o objectivo de proporcionar a sua segurança, objectivos relativos a actividades comerciais e de perfis de consumidores, etc. Ou seja, novos/velhos instrumentos de identificação são acompanhados por novas/velhas necessidades. Nelkin e Lindee, no seu estudo sobre as apropriações culturais do ADN, referem ainda: «Despite continued controversy over methods and motives, efforts to determine the genetic basis of human behaviours such as alcoholism and crime draw legitimacy from the rising fortunes of molecular biology. These efforts have captured public attention, for such research addresses

⁴ Assinala-se aqui numa breve nota que preocupações deste género ocorrem também com os usos e finalidades da criação de bases de dados com informação vária sobre os indivíduos e que depois é utilizada com outros fins, que não aqueles para os quais foi inicialmente cedida, criando muitas vezes conflitos de interesses relacionados com questões de privacidade, confidencialidade, etc. (cf. Poster, 1990 e 1995).

critical social questions — about the basis of human identity and individual differences, the nature of deviance, and the local of responsibility for social problems» (2004, p. 10)

A este propósito, relembramos a ideia do *Panóptico*, de que nos fala Michel Foucault. O objectivo deste mecanismo era o da total monitorização de um indivíduo por outro dentro de uma prisão, criando para esse efeito estabelecimentos em que tal fosse possível. Este conceito está hoje largamente difundido através do uso das câmaras de vigilância em circuito fechado de televisão (CCTV) — que se encontram um pouco por toda a parte, em maior ou menor quantidade/visibilidade, consoante o contexto em que consideremos esta questão (cf. Marx, 1995). Vale a pena vermos o que nos diz Foucault para que depois seja mais compreensível, num exercício de comparação, a actualidade desta reflexão: «O Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-se visto... é-se totalmente visto, sem nunca ver... Dispositivo importante, pois automatiza e desindividualiza o poder ... Pouco importa, conseqüentemente, quem exerce o poder. Um indivíduo qualquer, quase tomado ao acaso, pode fazer funcionar a máquina» (1996, p. 167).

Apesar de, como bem notam Norris e Armstrong (1999, pp. 7 e segs.), existirem diferenças quanto à finalidade do mecanismo de vigilância de que nos fala Foucault, quando comparado com os usos do CCTV (no caso do *Panóptico*, Foucault refere a função de doutrinar e modificar o comportamento daquele que é puni-

do, ao passo que no caso do CCTV são múltiplas as suas aplicações e finalidades), podemos efectivamente considerar que o princípio que sustenta ambos é o mesmo. É uma forma de totalitarismo sobre o indivíduo em que todos os seus movimentos são monitorizados, detectados e, em alguns casos, e se for essa a finalidade, punidos. Tal como na citação que transcrevemos acima, também Norris e Armstrong reconhecem a vantagem da existência de vigilância desindividualizada — ou seja, não susceptível à vontade daquele que monitoriza —, mas, ao estarem a considerar o uso de máquinas como dispositivo, levam esta ideia ao extremo: «Human visual capability has difficulty competing with the high surveillance capabilities of the camera: the camera does not blink, sleep or get bored and, unlike images captured on videotape, the results of human visual surveillance cannot be rewound or replayed in a court of law» (*ob. cit.*, p. 18).

Outra matéria que merece atenção na análise que temos vindo a fazer é levantada por David Lyon (capítulo 16) e refere-se ao facto de o corpo da pessoa, sendo um elemento crucial na identificação do sujeito, ser cada vez mais destituído de individualidade. Se, de uma maneira mais primária, o nome de uma pessoa é uma questão de crucial importância no modo como o indivíduo é apresentado aos outros e esse nome encerra em si mesmo uma história que é por si só uma marca *individualizante*, reconhecemos que nos nossos dias saber quem é esta ou aquela pessoa não passa obrigatoriamente por sabermos

algo de si própria enquanto sujeito marcado pessoal, afectiva e culturalmente, mas tal pode ser feito apenas pela leitura do seu corpo, independentemente de quaisquer outras considerações. Diz este autor: «Once it was merely the existence of unique bodies that was part of the rationale for individuation, and for stabilizing difference. But now, for example, through fingerprint, other signs of bodily distinctiveness are appealed to. Direct checking from the 1970s on became a matter of verification by a third-party organization. This was done digitally by methods such as data matching since dataveillance regimes were electronically established in the 1980s. But from the 1990s, it became clear that direct checking would take in yet another meaning: access to tissues, fluids, images, and patterns available from the body itself. Just as direct checking across agencies avoided confrontation with the embodied agent, so direct checking of data produced from within bodies also requires no access to the speech or the memory of the person. It is, once again, abstracted from the person» (2001, pp. 296-297).

A discussão, já antiga nas ciências sociais, entre os conceitos de indivíduo e pessoa⁵ surge-nos, à luz das considerações que aqui apresentamos, como passível de ser reformulada noutros termos, combinando novos elementos de análise. Seguimos Da Matta (1990), em que ao

«indivíduo» correspondem características igualitárias, ao passo que a «pessoa» é diferenciada de todas as outras. «Você sabe com quem está falando?», parece indicar perfeitamente a importância de ambas as noções... De um lado temos a ênfase numa lei universal (cujo sujeito é o *indivíduo*), sendo colocada como igual para todos, e do outro temos a resposta indignada de alguém que é uma *pessoa* e exige uma curvatura especial da lei» (1990, p. 178). Se tivermos em consideração a proposta de Lyon, parece-nos possível acrescentar um novo pólo de análise nesta discussão e que é o do corpo do indivíduo ou pessoa destituído de qualquer das características atrás referidas, isto é, o corpo anónimo, igual a todos os outros, ao mesmo tempo que diferenciado por ser único e distinto. O corpo como entidade amorfa, alvo de agencialidade independente do ser que nele habita. Já não é somente o caso de a pessoa ou indivíduo se diferenciar dos outros por sua própria opção, mas sim o facto de tal poder ocorrer independentemente da vontade do sujeito, uma vez que o seu corpo é já um elemento distinto⁶.

O sociólogo Gary Marx (capítulo 17) formula um arcabouço conceptual onde equaciona anonimato e identificação, procurando esquematizar situações em que se justifique quer a recorrência ao anonimato, quer a necessidade de identificar os sujei-

⁵ V. os ensaios constantes na colectânea editada por Carrithers, Collins & Lukes (1985). Ainda sobre o conceito de *pessoa*, v. Fortes (1987).

⁶ Interessante ainda nesta questão, as análises que têm vindo a ser feitas sobre os usos (comerciais e não só) do corpo proporcionados pelas novas tecnologias (v. Scheper-Hughes, 2001, e Balsamo, 1995).

tos, e de que forma é que estas duas problemáticas estão interligadas. Através desta análise conseguimos compreender de que forma é que a questão do anonimato assume contornos cada vez mais pertinentes no estudo da sociedade contemporânea, estando intimamente ligada com as temáticas de que temos vindo a falar ao longo deste texto: identificação, burocracia, modernidade, urbanidade, corpo, indivíduo e pessoa, privacidade, vigilância. De uma forma necessariamente breve referem-se em seguida algumas das formas como este conceito tem vindo a ser trabalhado nas ciências sociais.

Helen Nissenbaum (1999 e 1998) parte do conceito de anonimato em sentido lato, tal como está definido no dicionário — como ausência do nome daquele que actua —, considerando que numa sociedade dominada por tecnologias de informação e reconhecimento do outro o anonimato não deve ser entendido apenas como a ausência do nome, mas como a possibilidade de se permanecer inalcançável (*unreachable*). Jo Ann Oravec (2003) discute o modo como o anonimato e a privacidade assumem formas cada vez mais distintas, combinando múltiplos contextos em que estes fenómenos podem ocorrer e/ou estar em risco e considerando que se apresentam como modos de gerir a identidade dos indivíduos. Robert Griffin (2003) reflecte sobre o uso do anonimato e/ou pseudónimos nas publicações literárias (séculos xvi-xx), considerando que o anonimato funciona como uma máscara que os autores põem em si próprios — independentemente dos

motivos que os levam a fazer tal opção no momento em que decidem divulgar as suas obras —, representando esta escolha já uma «marca» identificadora do autor. Maurice Natanson (1979), seguindo o pensamento de Alfred Schutz sobre o «anónimo», equaciona a nomeação ou o acto de nomear como estando na essência do anonimato e das relações que os indivíduos estabelecem uns com os outros quando interagem em situações de face a face na vida quotidiana. Daniel Terrole (1996), no seu trabalho sobre os «sem-abrigo» («*sans-domicile-fixe*»), considera o anonimato parte de um processo liminar em que o sujeito vai, gradualmente, perdendo os seus traços distintivos e pessoais. Milandou (1997), tendo como caso de estudo as relações entre os naturais de Brazzaville, reflecte sobre o confronto entre o anonimato característico das grandes cidades e as estratégias empregadas pelos seus habitantes para se darem a conhecer — pelo menos na sua própria vizinhança —, recusando esta condição numa tentativa de preservar as relações de interconhecimento características das pequenas localidades. O que têm de comum as análises apresentadas é o facto de considerarem que o anonimato se relaciona com a ausência de uma qualquer identificação do sujeito que actua, elementos estes que vimos na primeira parte deste ensaio serem uma parte fundamental da nossa rotina quotidiana e do modo como interagimos com os outros. Acrescentamos ainda que o anonimato pode existir num contexto de interacção presencial — como é o caso

dos grupos de entreatada de designação «anónima» —, sendo utilizado sobretudo como um modo de gerir a informação pessoal e uma necessidade que tem de ser observada não só para que exista interacção, mas também uma condição para que a própria acção decorra em presença física do outro (Frois, 2005).

CONCLUSÃO

Através da análise do livro aqui apresentado, o nosso objectivo foi o de dar conta de várias perspectivas em torno da problemática da identificação, salientando de que modo é que a essa questão subjazem muitas outras que podem ser consideradas isoladamente, como o crescimento populacional e urbano que se faz sentir na modernidade; a criação de mecanismos de identificação hegemónicos, igualitários e indiferenciados que acompanhem a crescente mobilidade dos indivíduos; as políticas de combate ao crime; a criação de mecanismos de vigilância; a necessidade da existência de perfis de consumidores, de mercados, tendências, etc. Ou seja, temos toda uma série de dispositivos que permitem cada vez mais saber-se quem actua, quando e onde, num mundo em que a tecnologia e a ciência ocupam cada vez mais uma presença na forma como nos relacionamos uns com os outros. Não é apenas a questão da identificação — e de que tipo de identificação falamos: legal, emocional, física — que está em causa, mas, de igual modo, a necessidade de identificação que o indivíduo reclama para si mesmo e para os outros através de um controlo

social e moral. Não são ainda de menosprezar as diferenças existentes entre o «Velho» e o «Novo» Mundo — bem presentes nos estudos apresentados no livro que aqui analisámos —, pois só deste modo podemos compreender a real dimensão destas problemáticas no panorama cultural, político e social contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV (1976), *A Burocracia*, Lisboa, Sociocultur.
- BALSAMO, ANNE (1995), «Forms of technological embodiment: reading the body in contemporary culture», in *Body and Society*, vol. 1 (3-4), pp. 215-237.
- CAPLAN, J., e TORPEY, J. (eds.) (2001), *Documenting Individual Identity*, Princeton, Princeton University Press.
- CARRITHERS, MICHAEL, COLLINS, STEVEN e LUKES, STEVEN (eds.) (1985), *The Category of the Person*, Cambridge, Cambridge University Press.
- CHRISTIE, AGATHA (2002 [1950]), *Anúncio de Um Crime*, Edições ASA.
- DA MATTA, ROBERTO (1990 [1978]), «Você sabe com quem está falando?», in *Carnavais, Malandros e Heróis — Para Uma Sociologia do Dilema Brasileiro*, Rio de Janeiro, Zahar.
- DANDEKER, C. (1990), *Surveillance, Power and Modernity*, Cambridge, Polity Press.
- FORTES, MEYER (1987) (ed. Jack Goody), *Religion, Morality And the Person: Essays on Tallensi Religion*, Cambridge, Cambridge University Press.
- FROIS, CATARINA (2005), «O anonimato em contexto de grupo: as associações ‘anónimas’», in *Etnográfica*, vol. IX, n.º 2 (no prelo).
- FOUCAULT, MICHEL (1996 [1975]), *Vigiar e Punir*, Petrópolis, Editora Vozes.
- GIDDENS, ANTHONY (1991), *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*, Stanford, Stanford University Press.
- GRIFFIN, ROBERT J. (ed.) (2003), *The Faces of Anonymity: Anonymous and Pseudonymous Publications from the Sixteenth to*

- the Twentieth Century*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.
- HALL, STUART (1996), «Who needs identity?», in Stuart Hall e Paul du Gay (eds.), *Questions of Cultural Identity*, Londres, Sage Publications, pp. 1-17.
- HERZFELD, MICHAEL (1997), *Cultural Intimacy. Social Poetics in the Nation-State*, Nova Iorque, Routledge.
- HERZFELD, MICHAEL (1992), *The Social Production of Indifference*, Chicago, Berg.
- MARX, GARY (1995), «Undercover in comparative perspective: some implications for knowledge and social research», in C. Fijnaut e G. T. Marx, *Undercover: Police Surveillance in Contemporary Perspective*, Norwell, Kluwer Academic Publishers, pp. 322-337.
- MILANDOU, AUGUSTIN-MARIE (1997), «'Type connu! Qui le connaît pas?' Anonymat et culture populaire à Brazzaville», in *L'Homme*, 141, Janeiro-Março, pp. 119-130.
- NATANSON, MAURICE (1979), «Phenomenology, anonymity and alienation», in *New Literary History*, vol. 10 (3), pp. 533-546.
- NISSENBAUM, HELEN (1999), «The meaning of anonymity in an information age», in *The Information Society*, 15, Taylor and Francis, pp. 141-144.
- NISSENBAUM, HELEN (1998), «Protecting privacy in an information age: the problem of privacy in public», in *Law and Philosophy*, 17, pp. 559-596.
- NORRIS, CLIVE, e ARMSTRONG, GARY (1999), *The Maximum Surveillance Society. The Rise of CCTV*, Oxford, Berg.
- ORAVEC, JO ANN (2003), «The transformation of privacy and anonymity: beyond the 'right to be let alone'», in *Sociological Imagination*, vol. 39, n.º 1, pp. 3-23.
- PINA CABRAL (2003), «Identidades inseridas», conferência proferida no Instituto de Ciências Sociais, <http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2003/WP2-2003.pdf>.
- POSTER, MARK (1995), *The Second Media Age*, Cambridge, Polity Press.
- POSTER, MARK (1990), *The Mode of Information: Post Structuralism and Social Context*, Cambridge, Polity Press.
- TERROLE, DANIEL (1996), «Anonymisation et défense collective», in *Ethnologie française*, xxvi, 3, *Mélanges*, pp. 418-425.
- TORPEY, JOHN (2000), *The Invention of the Passport: Surveillance, Citizenship and the State*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SCHEPER-HUGHES, NANCY (2001), «Bodies for sale — whole or in parts», in *Body and Society*, vol. 7 (2-3), pp. 1-8.
- SIMMEL, GEORG (2004 [1903]), *Fidelidade e Gratidão e Outros Textos*, Lisboa, Relógio d'Água.

CATARINA FRÓIS

François Godicheau, La guerre d'Espagne, république et révolution en Catalogne (1936-1939), Paris, Ed. Odile Jacob, 2004, 459 páginas.

A guerra de Espanha é uma das maiores tragédias do século xx: verdadeira espiral dos conflitos ideológicos internacionais da época, ultrapassa largamente a esfera nacional pelo seu impacto, assim como pela representação que fornece do confronto final e trágico de forças antagonistas já em formação desde o início do século. No entanto, a importância histórica desse evento, onde as forças sociais desembocam numa luta violenta, encontra-se em desequilíbrio nítido com a sua abordagem pela disciplina histórica. O tema da guerra de Espanha foi, além disso, principalmente abordado por aficionados ou memorialistas, ou seja, «através de uma grelha antes de tudo moral» (p. 14) como afirma François Godicheau, como se fosse um domínio à parte na história. Durante muito tempo foi quase exclusi-